

CADERNO DE ENCARGOS

PARTE I

N.º EEAS-659-DELMOZM-SER-FWC

**Serviços de segurança para a Delegação da União Europeia em
Moçambique**

PROCEDIMENTO CONCORRENCIAL COM NEGOCIAÇÃO

INFORMAÇÃO IMPORTANTE!!

Devido à sua natureza confidencial, as especificações técnicas serão divulgadas apenas aos candidatos selecionados após a primeira fase do presente procedimento.

NÃO ENVIAR as propostas técnicas e financeiras nesta primeira fase. Para mais pormenores, consultar o ponto 3 do presente documento.

Índice

1.	INTRODUÇÃO.....	3
2.	OBJETO DO CONTRATO.....	3
3.	DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA.....	3
4.	GRUPOS DE OPERADORES ECONÓMICOS E SUBCONTRATAÇÃO.....	4
4.1.	Proposta conjunta	4
4.2.	Subcontratação	5
5.	ELEGIBILIDADE DOS OPERADORES ECONÓMICOS	5
5.1.	Acesso aos contratos públicos	5
5.2.	Não exclusão dos operadores económicos	6
5.3.	Seleção dos operadores económicos	7
5.3.1.	Critérios e provas de capacidade legal e estatutária	7
5.3.2.	Critérios e provas de capacidade económica e financeira	8
5.3.3.	Critérios e provas de capacidade técnica e profissional	8
6.	INFORMAÇÕES PRELIMINARES SOBRE A SEGUNDA FASE (FASE DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA).....	10
6.1.	Avaliação das propostas com base nos critérios de adjudicação.....	10
6.2.	Proposta técnica.....	10
6.3.	Proposta financeira	11
6.4.	Cálculo da pontuação total	12
7.	CONTEÚDO DO PEDIDO DE PARTICIPAÇÃO	12
	PARTE II: ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	13

1. INTRODUÇÃO

A entidade adjudicante é a União Europeia (a seguir designada «entidade adjudicante»), representada pelo Chefe da Delegação da União Europeia em Moçambique ou pelo seu representante, devidamente autorizado.

A entidade adjudicante tenciona celebrar um contrato-quadro de serviços para a prestação de serviços de segurança, em conformidade com as especificações estabelecidas nos documentos do concurso.

2. OBJETO DO CONTRATO

O contratante deve fornecer os recursos humanos e materiais necessários para garantir a segurança das pessoas e dos bens, sob a responsabilidade da entidade adjudicante. Os principais serviços a prestar poderão incluir, entre outros, a disponibilização de guardas de segurança, sistemas de localização GPS/GPRS "ativos", sistemas de alarme e sistemas de televisão em circuito fechado (CCTV).

O local de execução do contrato é principalmente Maputo.

3. DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

A presente proposta será realizada em duas etapas, do seguinte modo:

A. Primeira fase (fase de seleção):

Os candidatos devem apresentar um formulário de «Pedido de participação» em anexo à carta de convite, devidamente preenchido e assinado, acompanhado de todos os documentos referidos no formulário. Se o concurso estiver dividido em lotes, deve ser apresentado um pedido de participação separado para cada lote. No final desta fase, são selecionados os candidatos que cumpram os critérios de acesso aos contratos públicos, seleção e exclusão.

B. Segunda fase (fase de apresentação de propostas):

Os candidatos selecionados serão convidados a apresentar uma proposta. Serão enviados aos candidatos selecionados os seguintes documentos do concurso:

- A carta de convite a concorrer.
- As especificações técnicas.

Os candidatos devem apresentar as suas propostas técnicas e financeiras apenas na segunda fase.

O que se entende por negociação?

A entidade adjudicante pode negociar as propostas a fim de melhorar o respetivo conteúdo ou de as adaptar aos requisitos estabelecidos nos documentos do concurso.

A negociação não pode alterar os requisitos mínimos, nem os critérios especificados nos documentos do concurso, em especial as cláusulas do contrato. Em contrapartida, os elementos que não forem definidos como requisitos mínimos no caderno de encargos podem ser negociados.

Na prática, a negociação consiste em comunicar a cada proponente observações e sugestões decorrentes da avaliação da sua proposta inicial, indicando os elementos não

conformes com os requisitos mínimos e outros aspetos que devem ou podem ser melhorados.

O proponente pode, evidentemente, melhorar aspetos não abordados nas sugestões quando apresentar uma proposta revista.

Durante a fase de negociação, a entidade adjudicante deve assegurar a igualdade de tratamento de todos os proponentes.

Utilização de um procedimento por negociação, sem publicação prévia de anúncio para aumentar o limite máximo do contrato-quadro

Em conformidade com o Regulamento Financeiro, o valor do contrato pode ser aumentado até um máximo de 50% do montante inicial do contrato, através de um procedimento por negociação sem publicação prévia de um anúncio de concurso em caso de:

- i. Deterioração da situação de segurança no país, que torne necessária a mobilização de serviços de segurança, instalações e/ou postos de segurança adicionais; ou
- ii. Ocorrência de um determinado acontecimento ou circunstância que exija a mobilização de serviços e/ou postos de segurança adicionais para responder adequadamente a ameaças ou riscos para a segurança; ou
- iii. Alteração das normas ou política de alojamento do SEAE, espaço adicional atribuído às instalações ou transferência para diferentes instalações, que se traduza na necessidade de mobilizar serviços de segurança, instalações de segurança e/ou tipos e/ou número de postos adicionais; ou
- iv. Aumento do número de efetivos da delegação da UE, incluindo qualquer outro pessoal que utilize instalações da delegação da UE, requerendo a mobilização de serviços de segurança, instalações de segurança e/ou postos adicionais.

4. GRUPOS DE OPERADORES ECONÓMICOS E SUBCONTRATAÇÃO

As propostas ou os pedidos de participação podem ser apresentadas por um único operador económico ou, conjuntamente, por dois ou mais operadores económicos.

4.1. Proposta conjunta

Por proposta conjunta entende-se uma proposta apresentada por um grupo de operadores económicos, ou seja, por várias entidades jurídicas (pessoas singulares ou coletivas), independentemente da ligação que possa existir entre elas.

Cada entidade jurídica individual do grupo assume a responsabilidade solidária com todos os seus recursos para com a entidade adjudicante, tendo em vista o cumprimento dos termos e condições do contrato.

O grupo deve designar uma entidade jurídica («líder») que receberá dos outros membros do grupo plenos poderes para vincular o grupo e cada um dos seus membros, sendo encarregado da gestão administrativa do contrato (faturação, receção de pagamentos, etc.) em nome de todas as outras entidades.

O formulário do «Pedido de participação» deve ser assinado pelo representante legal de cada entidade jurídica do grupo e identificará o líder.

Na segunda fase (fase de apresentação de propostas), a proposta deve identificar claramente a divisão das tarefas entre os diferentes membros do grupo.

Qualquer alteração da composição do grupo durante o procedimento de contratação ou após a assinatura do contrato, poderá implicar, respetivamente, a rejeição do pedido de participação ou a rescisão do contrato pela entidade adjudicante.

O grupo não será obrigado a adotar uma determinada forma jurídica para apresentar uma proposta ou um pedido de participação.

O contrato é assinado por todas as entidades jurídicas ou, através de uma procuração a anexar ao contrato, pelo líder devidamente autorizado a vincular o grupo e cada um dos seus membros.

4.2. Subcontratação

«Subcontratante» significa um operador económico que é proposto por um candidato, proponente ou contratante para executar parte de um contrato.

É permitida a subcontratação, embora o contratante mantenha, perante a entidade adjudicante, a plena responsabilidade pela execução do contrato.

Os candidatos devem fornecer uma indicação dos trabalhos que tencionam subcontratar e são obrigados a identificar todos os subcontratantes.

Os subcontratantes devem satisfazer os mesmos critérios de exclusão aplicáveis aos candidatos.

Se a capacidade do subcontratante for necessária para satisfazer os critérios de seleção aplicáveis aos candidatos, aqueles devem apresentar as provas documentais pertinentes.

Qualquer alteração da subcontratação, durante o procedimento de contratação ou após a assinatura do contrato, poderá levar à rejeição da proposta ou à rescisão do contrato, respetivamente. Durante a execução do contrato, a substituição de qualquer subcontratante indicado na proposta está subordinada à autorização prévia por escrito da entidade adjudicante (ver art.º II.10 do contrato-quadro).

5. ELEGIBILIDADE DOS OPERADORES ECONÓMICOS

5.1. Acesso aos contratos públicos

A participação no presente concurso está aberta, em igualdade de condições, a todas as pessoas singulares e coletivas com domicílio (pessoa singular) ou cujo registo da sua sede (pessoas coletivas) seja:

- num dos Estados-Membros da União Europeia;
- num país terceiro que tenha celebrado um acordo especial com a União Europeia em matéria de contratos públicos **segundo as condições estabelecidas nesse acordo;**

- exceccionalmente, em Moçambique.

A participação está igualmente aberta às organizações internacionais.

Os operadores económicos, incluindo cada membro de uma proposta conjunta, devem confirmar que a sede da entidade jurídica (pessoas coletivas) ou o domicílio (pessoa singular) se encontra num dos referidos Estados e apresentar, para o efeito, os elementos comprovativos normalmente aceites ao abrigo da sua própria legislação (por exemplo, um extrato do registo comercial ou de um registo das sociedades). Os elementos comprovativos devem incluir o número de registo oficial do operador económico.

Chama-se a atenção para o facto de após a saída do Reino Unido da UE, as regras de acesso aos procedimentos de contratação da UE por parte de operadores económicos estabelecidos em países terceiros serem aplicáveis aos candidatos ou proponentes do Reino Unido, dependendo do resultado das negociações. Se este acesso não for assegurado pelas disposições legais em vigor, os candidatos ou proponentes provenientes do Reino Unido podem ser excluídos do procedimento de contratação.

5.2. Não exclusão dos operadores económicos

Os operadores económicos que tiverem acesso à contratação pública são avaliados com base nas informações comunicadas nos respetivos «pedidos de participação», relativamente aos critérios de exclusão.

Os candidatos devem apresentar uma «declaração sob compromisso de honra» relativa aos critérios de exclusão e de seleção (declaração sob compromisso de honra), em anexo ao «Pedido de participação», devidamente preenchida, assinada e datada pelo representante devidamente autorizado.

A declaração sob compromisso de honra é prestada por cada membro do grupo em caso de propostas conjuntas, pelas entidades a cuja capacidade pretenda recorrer, bem como por todos os subcontratantes identificados.

Sempre que tal lhe seja solicitado pela entidade adjudicante, o candidato ou proponente, bem como todas as entidades que prestaram a declaração supramencionada, deve fornecer, dentro do prazo definido pela entidade adjudicante, a prova referida no ponto «Elementos de prova apresentados mediante pedido», confirmando a declaração sob compromisso de honra. De qualquer modo, estes elementos de prova serão solicitados ao proponente selecionado, e a cada membro do grupo em caso de proposta conjunta, ao qual o contrato deva ser adjudicado, antes da assinatura do contrato.

A entidade adjudicante pode dispensar um candidato ou proponente da obrigação de apresentar as provas documentais que já tiverem sido apresentadas no âmbito de outro procedimento de contratação, desde que os documentos não tenham sido emitidos há mais de um ano e que ainda sejam válidos à data do pedido pela entidade adjudicante. Nestes casos, o candidato ou proponente deve declarar por sua honra que as provas documentais já foram apresentadas num procedimento de contratação anterior e confirmar que não ocorreram alterações na sua situação.

A entidade adjudicante pode igualmente dispensar um candidato ou proponente da obrigação de apresentar as provas documentais se puder aceder gratuitamente a essas provas numa base de dados nacional.

5.3. Seleção dos operadores económicos

Os candidatos devem provar a sua capacidade legal, estatutária, económica, financeira, técnica e profissional para executar os serviços que são objeto do presente concurso, mediante o cumprimento dos níveis mínimos de capacidade, tal como enumerados nos pontos 5.3.1, 5.3.2 e 5.3.3 infra.

Cada candidato deve apresentar os elementos de prova relativos aos critérios de seleção no seu pedido de participação (primeira fase).

Se um candidato recorrer a capacidades de outras entidades (por exemplo, a sociedade-mãe, outra empresa do mesmo grupo ou um terceiro), para atingir o nível mínimo de capacidade exigido, o seu pedido de participação deve conter uma declaração assinada e datada pela entidade em causa confirmando quais os recursos que colocará à disposição do proponente para a execução deste contrato. A entidade adjudicante verifica se as entidades a cujas capacidades o candidato pretende recorrer cumprem os critérios de seleção aplicáveis. O candidato só pode recorrer às capacidades técnicas e profissionais de outras entidades quando estas realizem os serviços para os quais são exigidas essas capacidades.

Se uma entidade proporcionar a totalidade ou uma grande parte da capacidade financeira ao candidato, a entidade adjudicante pode exigir que a referida entidade seja solidariamente responsável pela execução do contrato, em caso de adjudicação. Para esse efeito, a entidade adjudicante pode exigir que esta entidade assine o contrato ou que preste uma garantia solidária à primeira solicitação, caso o contrato seja adjudicado a esse proponente. Se a entidade for obrigada a assinar o contrato, tem de ter acesso à contratação pública e não deve estar numa situação de exclusão, tal como indicado nos pontos 5.1 e 5.2 do presente caderno de encargos.

5.3.1. Critérios e provas de capacidade legal e estatutária

Critério 5.3.1.a): Autorização para prestar os serviços no local de execução do contrato.

Nível mínimo de capacidade:

O candidato deve estar autorizado a prestar os serviços objeto do presente contrato no local de execução do contrato. O atestado correspondente deve ser válido na data do termo do prazo para a apresentação dos pedidos de participação. Antes da assinatura do contrato, a validade do atestado será verificada de novo.

Documento(s) de apoio/elementos de prova solicitados:

O certificado ["alvará"], emitido oficialmente pelo "Ministério do Interior" comprovando que o candidato está autorizado a prestar Serviços de Segurança em Moçambique em relação ao Decreto-Lei nº 9/2007, de 30 de abril do Código Comercial (C.COM).

O critério aplica-se e o meio de prova diz respeito a:

Operadores económicos que prestarão os serviços para os quais o atestado é solicitado.

O candidato não pode depender da capacidade de outras entidades (incluindo subcontratantes) para atingir o nível mínimo exigido de capacidade jurídica e

regulamentar. As tarefas para as quais é solicitado um certificado são consideradas críticas e devem ser executadas diretamente pelo próprio proponente ou, se a proposta for apresentada por um agrupamento de operadores económicos, por um participante no grupo.

5.3.2. Critérios e provas de capacidade económica e financeira

Os candidatos devem provar a sua capacidade económica e financeira para executar o presente contrato, mediante o cumprimento dos seguintes critérios:

Critério 5.3.2.a) Volume de negócios.

Nível mínimo de capacidade:

O volume de negócios médio anual durante os três últimos exercícios cujas contas tenham sido encerradas, deve ser de, pelo menos, MZN 90 000 000.

A taxa de câmbio utilizada para converter o volume de negócios em MZN é a taxa de dezembro do ano da demonstração financeira, como publicada no seguinte endereço

http://ec.europa.eu/budget/contracts_grants/info_contracts/inforeuro/inforeuro_en.cfm

Documento(s) de apoio/elementos de prova solicitados:

1. Quadro devidamente preenchido do formulário «Pedido de participação».
2. Demonstrações de resultados dos três últimos exercícios, cujas contas tenham sido encerradas.

O critério aplica-se ao:

Candidato; em caso de proposta conjunta, este critério de seleção será aplicado ao grupo, no seu conjunto.

Estas provas devem dizer respeito a:

Pelo menos um operador económico, desde que o nível mínimo de capacidade seja cumprido.

5.3.3. Critérios e provas de capacidade técnica e profissional

Os candidatos devem comprovar a capacidade técnica e profissional para executar o presente contrato, mediante o cumprimento dos seguintes critérios:

Critério 5.3.3.a): Contratos anteriores

Nível mínimo de capacidade:

1. Pelo menos dois contratos de serviços geridos pelo operador económico pertinentes para de serviços de segurança, durante os três últimos anos civis.
2. Pelo menos um dos contratos enumerados no ponto 1 com uma duração mínima de um ano.

3. O valor acumulado durante os três últimos anos civis dos referidos contratos enumerados deve ser pelo menos de MZN 15 000 000.

Documento(s) de apoio/elementos de prova solicitados:

1. Quadro devidamente preenchido (lista) do formulário «Pedido de participação». O candidato poderá incluir na lista qualquer contrato executado, em qualquer momento, durante os três últimos anos civis. O candidato pode incluir qualquer contrato iniciado ou concluído durante esse período, bem como qualquer contrato em curso ao longo de todo o período.
2. Para cada contrato no quadro (lista), o candidato deve apresentar uma carta de referência de um cliente pertinente para contratos de serviços no domínio de serviços de segurança ao longo dos últimos três anos civis, que especifique se os serviços foram efetuados segundo as regras da profissão e em conformidade com as condições contratuais.

Os contratos sem cartas de referência não devem ser incluídos na lista de contratos, pois não serão aceites. As cartas de referência fornecidas para contratos que não se encontrem na lista, também não serão aceites.

O critério aplica-se ao:

Candidato. em caso de proposta conjunta, este critério de seleção será aplicado ao grupo, no seu conjunto.

Os elementos de prova referem-se a:

Pelo menos um dos operadores económicos, que realizará serviços de segurança.

Critério 5.3.3.b): Efetivos

Nível mínimo de capacidade:

O candidato deve empregar atualmente pelo menos 250 pessoas nos domínios relacionados com serviços de segurança.

Documento(s) de apoio/elementos de prova solicitados:

Quadro devidamente preenchido do formulário «Pedido de participação».

O critério aplica-se ao:

Candidato. em caso de proposta conjunta, este critério de seleção será aplicado ao grupo, no seu conjunto.

Os elementos de prova referem-se a:

Pelo menos um dos operadores económicos, que realizará serviços de segurança.

6. INFORMAÇÕES PRELIMINARES SOBRE A SEGUNDA FASE (FASE DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA)

6.1. Avaliação das propostas com base nos critérios de adjudicação

Na segunda fase, os proponentes devem apresentar uma «declaração de conformidade com os documentos do concurso» (incluindo as listas de requisitos técnicos mínimos), devidamente datada e assinada, para serem considerados tecnicamente conformes. A declaração a utilizar para este fim será enviada juntamente com a carta de convite a concorrer e as especificações técnicas aos candidatos aprovados no final da primeira fase (fase de seleção).

As propostas conformes do ponto de vista técnico são avaliadas com vista à adjudicação do contrato à proposta que ofereça a melhor relação qualidade/preço. Para este efeito, as propostas serão avaliadas do ponto de vista técnico e financeiro.

6.2. Proposta técnica

A qualidade técnica das propostas é avaliada com base nos documentos facultados pelos proponentes na proposta técnica, no que diz respeito aos critérios de adjudicação descritos no quadro infra.

Critérios técnicos de adjudicação

Não	Critérios	N.º máximo de pontos
1	<u>Gestão do contrato e organização das operações/serviços</u> Este critério permitirá à entidade adjudicante avaliar a organização da equipa de gestão do contrato do proponente, as respetivas cadeias de responsabilidade e a organização das operações/serviços, incluindo os diferentes membros de um consórcio e o recurso a subcontratantes.	(65 pontos – limiar mínimo 50%)
2	<u>Organização de operações/serviços em caso de incidente/acidente</u> Este critério permitirá à entidade adjudicante avaliar a organização dos serviços do proponente, incluindo os diferentes membros de um consórcio e o recurso a subcontratantes, em caso de grave incidente (assalto a um alojamento do pessoal, intrusão, manifestação violenta junto às instalações da Delegação, ataque violento a um membro do pessoal da Delegação, etc.) ou acidente (acidente de viação de um membro do pessoal da Delegação, acidente sofrido por um membro do pessoal no alojamento do pessoal, etc.).	(50 pontos – limiar mínimo 50%)
3	<u>Garantia da qualidade, acompanhamento e avaliação das operações/serviços</u> Este critério permitirá à entidade adjudicante avaliar as medidas de controlo aplicadas para garantir a qualidade dos serviços a prestar no âmbito do presente contrato.	(75 pontos – limiar mínimo 50%)
4	<u>Condições sociais e económicas proporcionadas aos agentes</u> Este critério permitirá à entidade adjudicante avaliar as condições sociais e económicas que o proponente proporcionará aos seus agentes de segurança, a fim de garantir a sua lealdade e motivação. O proponente indicará os eventuais benefícios e incentivos a	(70 pontos – limiar mínimo 50%)

	conceder aos agentes de segurança que serão destacados ao abrigo do presente contrato, tais como incentivos pecuniários, prémios, subsídios, promoções, formação, assistência médica e quaisquer outras iniciativas destinadas a motivar os guardas e a fomentar a sua lealdade para com o proponente.	
5	<u>Instalações e recursos</u> Este critério permitirá à entidade adjudicante avaliar a disponibilidade e a qualidade do equipamento e das ferramentas tecnológicas a utilizar no âmbito da execução do contrato, nomeadamente, se os mesmos são adequados e bem mantidos e operados por pessoal de segurança qualificado.	(50 pontos – limiar mínimo 50%)
6	<u>Sistemas técnicos de segurança</u> Este critério permitirá à entidade adjudicante avaliar a qualidade dos sistemas de alarme contra a intrusão em residências (SAI) com função de deteção de fumo integrada, de seguimento, e de CCTV para vigilância dia-e-noite do exterior de residências, a serem fornecidos e mantidos pelo proponente.	(50 pontos – limiar mínimo 50%)
7	<u>Agentes de segurança armados</u> Este critério permitirá à entidade adjudicante avaliar o protocolo do proponente sobre o manejo e manutenção de armas, instruções, programa de treino e formação, armazenamento, licenças, autorizações, etc.	(30 pontos – limiar mínimo 50%)
	TOTAL	390 pontos

A fim de proteger o carácter confidencial das informações contidas nas especificações técnicas, os subcritérios só serão divulgados aos candidatos selecionados no final da primeira fase.

Todas as propostas que não atinjam o limiar de qualidade mínimo de 50% dos pontos para cada critério quando indicado e de 60 % da totalidade dos pontos serão eliminadas.

6.3. Proposta financeira

Os preços da proposta devem ser apresentados:

- em MZN. Dado que a adjudicação do contrato é publicada em euros, a taxa de câmbio oficial que será utilizada para o valor do contrato é a taxa Inforeuro em vigor no termo do prazo de apresentação da proposta;
- isenção de direitos, impostos e outros encargos, incluindo o IVA, uma vez que a União Europeia está isenta de tais encargos ao abrigo de Acordo de sede e Convenção de Viena a Delegação da UE em Moçambique está isenta de todos os impostos e taxas, incluindo o imposto sobre o valor acrescentado (IVA), sobre os pagamentos devidos em relação a este contrato;
- incluindo todos os encargos. Tal significa que, salvo menção em contrário no presente caderno de encargos, os preços propostos devem incluir todos os custos suportados pelos proponentes com vista à execução integral do contrato;

- utilizando a tabela dos preços unitários (anexo A) e o quadro de cenário de preços que figura em anexo (anexo B), incluídos nas especificações técnicas durante a segunda fase. Qualquer alteração do(s) quadro(s), que figuram em anexo às especificações técnicas, implicará a rejeição da proposta.

Durante o período de validade da proposta e o período de execução do contrato, os preços não podem ser revistos. No entanto, podem ser indexados durante a execução do contrato, em conformidade com o artigo I.5.2 do contrato-quadro.

A tabela dos preços unitários (anexo A) é vinculativa durante a execução do contrato.

Os «cenários» de preços são estimativas que a entidade adjudicante faz das quantidades de serviços durante o período de vigência do contrato com vista à comparação das propostas financeiras.

Só serão consideradas para efeitos de adjudicação as propostas financeiras apresentadas pelos proponentes que tiverem obtido uma pontuação técnica total igual ou superior a 60% da totalidade dos pontos e de pelo menos 50% da pontuação máxima atribuída para cada critério.

As propostas financeiras serão depois verificadas em termos de exatidão aritmética. Sempre que forem detetados erros aritméticos, os proponentes serão convidados a corrigi-los.

6.4. Cálculo da pontuação total

A proposta selecionada será a que apresentar a melhor relação qualidade/preço de entre as propostas tecnicamente conformes, ou seja, a proposta que obtiver a melhor pontuação global P_i calculada segundo a fórmula seguinte, com uma ponderação de 60 % para a qualidade e de 40 % para o preço:

$$PI = Ti * 0.60 + Fi * 0.40$$

Ti = (pontuação da qualidade técnica da proposta em causa/pontuação da proposta com a melhor qualidade técnica) * 100

Fi = (preço global mais baixo para o cenário 1/preço do cenário 1 da proposta em questão) * 80 + (preço total mais baixo para o cenário 2/preço do cenário 2 da proposta em questão) * 20

O montante total do cenário 1 da proposta selecionada será tomado em consideração para a fixação do limite máximo do contrato-quadro. Além disso, a entidade adjudicante pode adicionar uma margem de segurança de 10% o montante previsto para despesas reembolsáveis e uma estimativa da futura indexação dos preços, se aplicável. Em qualquer caso, o limite máximo do contrato-quadro não pode ser superior à estimativa inicial, publicada no ponto II.2.6 do anúncio de concurso.

7. CONTEÚDO DO PEDIDO DE PARTICIPAÇÃO

Os pedidos de participação devem incluir um formulário «Pedido de participação», devidamente preenchido e assinado, acompanhado por todos os documentos enumerados no formulário.

PARTE II: ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

A fim de proteger o caráter confidencial das informações contidas nas especificações técnicas (Parte II do caderno de encargos), a entidade adjudicante divulgará o seu conteúdo apenas aos candidatos selecionados no termo da primeira fase (todos os operadores económicos conformes aos critérios de acesso, exclusão e seleção, avaliados durante a fase de seleção). **Apenas os candidatos admitidos à segunda fase (apresentação de propostas) apresentarão as respetivas propostas técnicas e financeiras.**